



COLÉGIO
LOYOLA



Rede Jesuíta
de Educação

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº. 01/2016

PROCESSO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS BOLSISTAS

ANO LETIVO DE 2017

A Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo do Colégio Loyola, o qual está inscrito no CNPJ 33.544.370/0011-10, unidade mantida pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS, inscrita no CNPJ 33.544.370/0001-49, entidade de finalidade não econômica e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, com atuação na área da educação nos níveis de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e suas modalidades, Ensino de Jovens e Adultos e Educação Técnica Profissionalizante, **torna público** seu **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Integral (100% da anuidade) e Parcial (50% da anuidade) para o ano letivo de 2017, em conformidade** com a Lei nº. 12.101/2009 e Lei nº. 12.868/2013, regulamentadas pelo Decreto nº 8.242/2014, e diretrizes emanadas pela referida **Comissão**, instituída para fins do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo operacionalizado pelo Setor de Serviço Social.

Os interessados em confirmar o perfil socioeconômico para manter a Bolsa de Estudo ofertada pelo Colégio Loyola para o Ano Letivo de 2017 devem atender, obrigatoriamente, as diretrizes contidas nesta Comunicação, também disponível no site do Colégio Loyola, e na forma física, junto ao Setor de Serviço Social da Unidade.

I – Processo de Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos Bolsistas

Esta comunicação tem a finalidade de **informar** as **condições de participação**, **divulgar** o **número de Bolsas de Estudo ofertadas** e **regular** o **Processo para Renovação dessas**, bem como **tornar públicos os procedimentos, critérios e normas que pautarão o Processo de Concessão** de Bolsas de Estudo Integral (100%) e Parcial de (50%) para os alunos para o ano letivo de 2017.

As Bolsas de Estudo, de que trata esta comunicação, destinam-se preferencialmente às famílias residentes no município de Belo Horizonte e que atendam as condições socioeconômicas previstas em lei, sendo concedidas somente para 1 (um) ano - ano letivo de 2017, de modo individual, pessoal e intransferível, oferecido na modalidade presencial, no Colégio Loyola, sediado na Av. do Contorno, 7919, Cidade Jardim, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Para participar do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo, de que trata esta comunicação, as famílias interessadas deverão observar o calendário a seguir, atender a exigências e requisitos previstos em lei ou requeridas pela **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo** e providenciar a documentação exigida.



A solicitação para Concessão de Bolsa de Estudo será realizada via Formulário Socioeconômico, a ser retirado no setor de Serviço Social do Colégio Loyola pelo responsável do aluno no horário e data agendados pela assistente social.

O formulário socioeconômico não poderá ser entregue via correio, telefone, fax, e-mail e fora do prazo estabelecido.

II – Calendário para o Processo de Concessão de Bolsas de Estudo

Etapas	Data
Publicação da Comunicação Interna	19/08/2016
Atendimento às famílias para orientação sobre o Processo de Concessão de Bolsas de Estudo (orientação referente ao preenchimento do formulário, documentação adequada a ser entregue e documentos originais para validação das cópias)	Data pré-agendada pela assistente social
Período de entrega do Formulário Socioeconômico preenchido e anexado à documentação completa dos responsáveis e entrevista com assistente social	Data pré-agenda pelo assistente social
Visitas domiciliares realizadas pelo assistente social	Durante o ano letivo - quando necessário
Comunicado do resultado do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo deferidos e indeferidos	De 14 a 25/11/2016
Prazo para recurso (solicitar o recurso em meio físico – por escrito)	Até 3 dias após a formalização do comunicado do resultado pela assistente social
Resultado do recurso	Até 15 dias após a comunicação do resultado do recurso
Período para realização da Rematrícula	Seguirá o calendário da Secretaria Geral

III - Bolsas de Estudo ofertadas para o Ano de 2017

O Colégio Loyola oferta, por meio desta comunicação, **Bolsas de Estudo Integral** e **Parcial**. A **Bolsa de Estudo Integral é de 100%** (cem por cento) e será concedida ao aluno cuja renda familiar (mensal) per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo (nacional), vigente no ano da análise socioeconômica. A **Bolsa de Estudo Parcial é de 50%** (cinquenta por cento) e será concedida ao aluno cuja renda familiar (mensal) per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos (nacional), vigente no ano da análise socioeconômica.

A **Bolsa de Estudo**, de que trata esta comunicação, **é concedida** para ano letivo **de 2017** e **não é renovada automaticamente para o ano letivo subsequente**, fazendo-se necessário que o aluno



contemplado submeta-se, anualmente, a um novo processo de avaliação socioeconômica, em data a ser divulgada em tempo anterior à renovação de sua matrícula, nos termos e condições previstos em leis, decretos e orientações emanadas pela **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo** para os anos seguintes à obtenção da bolsa, bem como ao que determina o Regimento Interno do Colégio Loyola.

As Bolsas de Estudo serão renovadas para os alunos de acordo com as vagas disponíveis por turno e Ano/Série, conforme quadro a seguir:

CURSO	ANO/SÉRIE	TURNO	Nº. de VAGAS
Ensino Fundamental de 9 anos	1º Ano	Tarde	0
Ensino Fundamental de 9 anos	2º Ano	Tarde	0
Ensino Fundamental de 9 anos	3º Ano	Manhã	3
Ensino Fundamental de 9 anos	4º Ano	Manhã	2
Ensino Fundamental de 9 anos	5º Ano	Manhã	4
Ensino Fundamental de 9 anos	6º Ano	Tarde	12
Ensino Fundamental de 9 anos	7º Ano	Tarde	17
Ensino Fundamental de 9 anos	8º Ano	Tarde	16
Ensino Fundamental de 9 anos	9º Ano	Manhã	10
Ensino Médio	1ª Série	Manhã	17
Ensino Médio	2ª Série	Manhã	22
Ensino Médio	3ª Série	Manhã	8
Total de Bolsas de Estudo			111

IV - Documentação Necessária para a Concessão de Bolsas de Estudo

Para participar do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo, é obrigatório o completo preenchimento do Formulário Socioeconômico e, no ato da entrevista, a apresentação dos documentos originais e a entrega da cópia dos seguintes documentos:

Documentos de Identificação do Aluno

- ✓ **RG** - Carteira de Identidade; no caso de menores de 12 anos de idade, apenas a Certidão de Nascimento;
- ✓ **CPF** - Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Documentos de todos integrantes do Grupo Familiar

- ✓ **RG** - Carteira de Identidade; no caso de menores de 12 anos de idade, apenas a Certidão de Nascimento;
- ✓ **CPF** - Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;



- ✓ Certidão de Casamento dos componentes do grupo familiar que são legalmente casados. Se houver União Estável no grupo familiar, anexar Escritura Pública ou Declaração de próprio punho, feita por um dos cônjuges e assinada por ambos, que comprove o estado civil e/ou Declaração de União Estável por contrato ou por permanência;
- ✓ Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou Certidão de Óbito, no caso de um deles não constar no grupo familiar do aluno; se os pais não forem legalmente separados, apresentar uma declaração;
- ✓ em caso de guarda/tutela/adoção, apresentar declaração judicial (avaliação/orientação jurídica);
- ✓ um comprovante de endereço em nome do aluno, quando maior de 18 anos;
- ✓ um comprovante de endereço de cada pessoa maior de 18 anos do grupo familiar.

Comprovantes de Rendimentos do Grupo Familiar

- ✓ Se assalariado: 03 últimos contracheques;
- ✓ extratos bancários dos 03 últimos meses, referentes a todos os bancos que constam no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS;
- ✓ **se trabalhador autônomo ou profissional liberal:** Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE, original, dos 03 últimos meses, feita por contador ou técnico contábil inscrito no CRC;
- ✓ **Se estagiário, monitor e/ou jovem aprendiz:** contrato de estágio e comprovante de recebimento de bolsa-auxílio do último mês;
- ✓ **Se trabalhador do mercado informal, bicos e outros rendimentos:** declaração com atividade desenvolvida constando o rendimento médio;
- ✓ **Se não exercer qualquer atividade remunerada:** declaração;
- ✓ **Proprietário de Empresa:** pró-labore dos 3 últimos meses; Contrato Social da empresa; Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ; Demonstrativo de Resultado; Balanço / Balancete Contábil;
- ✓ **MEI:** Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN-SIMEI) feita no Portal do Simples Nacional;
- ✓ **Em caso de Empresa Inativa ou em Baixa:** apresentar declaração registrada na Junta Comercial ou Prefeitura, retirada no município sede da empresa;
- ✓ **Aposentado ou Pensionista:** comprovante de aposentadoria ou pensão do último mês (retirar nas agências do INSS ou via internet na página: <http://www8.dataprev.gov.br/SipalNSS/pages/hiscre/hiscreInicio.xhtml>);
- ✓ **Se trabalhador rural:** Comprovante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais informando a renda bruta anual e/ou mensal. Esse documento deverá ser solicitado junto ao sindicato de sua cidade;
- ✓ **Se desempregado:** se estiver recebendo Seguro-Desemprego, apresentar comprovante das parcelas recebidas e a rescisão trabalhista;



- ✓ **Carteira de Trabalho** dos componentes do grupo familiar maiores de 18 anos (páginas da foto, qualificação civil, último contrato de trabalho assinado e da página seguinte em branco);
- ✓ **Declaração do Imposto de Renda Completa, acompanhada do recibo**, referente ao último exercício fiscal, para todos os membros do grupo familiar obrigados a fazê-lo, conforme as normas da Receita Federal do Brasil;
- ✓ Em caso de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, apresentar documento que consta no site da Receita Federal na página: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atrito/consrest/atual.app/paginas/index.asp>, com a seguinte frase: **“Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal”**.

Em caso de outras rendas

- ✓ Comprovar as rendas decorrentes de outras fontes (aluguéis, rendimentos financeiros – poupança, aplicação em fundos de investimentos –, entre outros);
- ✓ documento referente ao recebimento de pensão alimentícia – em caso de recebimento de pensão alimentícia, apresentar a sentença judicial e a declaração com o valor. Caso não seja sentença judicial, apresentar uma declaração informando o valor da pensão;
- ✓ em caso de ajuda financeira de terceiros – apresentar declaração, em que constem RG e CPF, da pessoa que fornece ajuda.

Outros documentos

- ✓ Comprovantes dos 3 últimos meses de despesas: energia elétrica, água, telefone fixo e celular de todos os membros da família, educação (escola, faculdade, cursos), plano de saúde, despesas médicas, transporte escolar, dentista, material escolar, TV a cabo/Internet, empréstimos, extrato de cartão de crédito, tributos e impostos;
- ✓ Comprovante das condições de moradia, quando financiada ou locada; se financiada, apresentar a última prestação paga; se locada, os três últimos comprovantes de pagamento e/ou contrato de locação; no caso de imóvel cedido, apresentar declaração de cedência do imóvel, com o comprovante de residência do cedente;
- ✓ comprovante de condomínio se houver;
- ✓ CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais – folha 01 dos Vínculos Empregatícios do Trabalhador e folha 02 das Remunerações do Trabalhador – Consulta de recolhimento dos 12 meses (retirar na agência INSS);
- ✓ negativa de recebimento de benefício (retirar nas agências do INSS);
- ✓ certidão negativa ou positiva do Registro de Veículos – DETRAN (Pessoa Física e Jurídica) – dos membros do grupo familiar maiores de 18 anos;



- ✓ Certidão de Histórico da Propriedade de Veículo e Histórico de Cadeia Sucessória de Veículos ou Certidão de Propriedade dos Veículos ou Certidão Histórico do Veículo – DETRAN - Pessoa Física e Jurídica;
- ✓ CCS – Cadastro de Clientes no Sistema Financeiro Nacional (retirar no Banco Central do Brasil).

Observação – Informamos que, em alguns documentos solicitados, incidem taxas.

A documentação supramencionada é obrigatória e serve de subsídio para a realização da avaliação socioeconômica do requerente à Bolsa de Estudo e será analisada por ocasião da entrevista com o responsável pelo aluno, podendo ser complementada em nova entrevista e em visita domiciliar da Assistente Social, a qualquer tempo, durante o Processo Concessão e a vigência da Bolsa de Estudo, com finalidade de complementar as informações prestadas.

Todos os dados fornecidos serão mantidos em sigilo, contudo estarão sujeitos à verificação em caso de fiscalização e/ou auditorias. Os documentos entregues ficarão arquivados na pasta do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo de cada aluno, não serão devolvidos e poderão estar sujeitos à comprovação a qualquer tempo.

A **Comissão de Concessão de Bolsas de Estudo** e o **Assistente Social do Colégio Loyola** poderão requerer quaisquer outros documentos que entenderem necessários à comprovação das informações prestadas pelo responsável do aluno à Bolsa de Estudo.

Os pais/responsáveis do aluno deverão preencher o Formulário Socioeconômico previamente à entrevista agendada. Por ocasião da entrevista, deverão entregar os documentos solicitados acompanhados de cópia simples.

V - Análise e Avaliação Socioeconômica dos Alunos

A realização do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo estará a cargo e sob responsabilidade da **Assistente Social do Colégio Loyola** e da **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo**, que realizará a análise e avaliação socioeconômica da família do aluno, tendo como referenciais:

- ✓ **Grupo Familiar:** entende-se por grupo familiar a unidade nuclear eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, sendo: cônjuges, companheiro(a), pai, padrasto, mãe, madrasta; filho, filha, enteado, enteada, irmão, irmã; avô e avó; menores sob guarda, tutela e curatela, dentre outros, desde que devidamente comprovado o grau de parentesco ou afinidade e que formam um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e/ou que se mantém pela contribuição de seus membros, conforme inciso I, § 1º, Art. 2º da Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004.



- ✓ **Renda Per Capita Familiar:** a renda per capita familiar é calculada com base na renda bruta familiar mensal, composta por todos os membros do grupo familiar do aluno: da venda de produtos agropecuários, pró-labore, participação de lucros, salários, proventos, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões alimentícias, aposentadorias, comissões, outros rendimentos de trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo comprovado por meio de DECORE, aluguéis e demais rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros de todos os membros do grupo familiar e de eventuais ajudas de custo dividida pelo número de membros do grupo familiar, conforme exigências dos § 1º e 2º do art. 14 da Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, e da Portaria Normativa Nº. 1, de 02 janeiro de 2015, que regulamenta os Processos Seletivos do Programa Universidade para Todos – Prouni.
- ✓ **Guarda compartilhada:** entende-se por guarda compartilhada a guarda jurídica atribuída a ambos os genitores, cuja renda familiar deve ser analisada da seguinte forma:
 - ✓ não havendo obrigação de pagamento de pensão alimentícia por nenhuma das partes, portanto, somente uma divisão de despesas, a renda familiar deve ser analisada com base na renda de ambos os genitores.
 - ✓ se a obrigação do pagamento da pensão alimentícia recair sobre um dos genitores, a renda familiar deve ser analisada com base na renda do genitor que a recebe em nome do(a/s) filho(a/s), considerando ainda o valor correspondente à pensão alimentícia.

A Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, determina, em seu Art. 15, que:

“§ 2º Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato.

§ 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas, a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis. ”

O perfil socioeconômico será avaliado a partir da renda familiar per capita bruta, obedecendo-se às exigências contidas nos §§ 1º e 2º do Art. 14 da Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009. O patrimônio declarado deve ser compatível com os rendimentos apresentados.

VI – Processo de Concessão de Bolsas de Estudo

O Processo de Concessão de Bolsas de Estudo é estabelecido pela legislação vigente e pelo Regimento Interno do Colégio Loyola, envolvendo as seguintes etapas:



COLÉGIO
LOYOLA



Rede Jesuíta
de Educação

- ✓ reunião com a família;
- ✓ preenchimento completo do Formulário Socioeconômico;
- ✓ entrevista individual para estudo socioeconômico e análise da documentação com os pais/responsáveis;
- ✓ visita domiciliar (quando necessário).

O Processo de Concessão de Bolsas de Estudo é operacionalizado pelo Setor de Serviço Social do Colégio Loyola e acompanhado e aprovado pela Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo, formalmente instituída para essa finalidade.

VII - Divulgação do Resultado

O nome dos alunos que tiveram o perfil socioeconômico comprovado, conforme legislação vigente, para o ano de 2017, **será comunicado aos responsáveis pelo setor de Serviço Social**, conforme calendário do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo.

VIII - Recursos

O aluno participante do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo, cujo processo tenha sido indeferido, poderá apresentar recurso para a **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo** desde que por escrito e de forma fundamentada.

O recurso refere-se única e exclusivamente ao processo analisado, não sendo aceitas informações e documentações que apresentem fatos novos, ou seja, fatos gerados após a análise da assistente social com a família.

Os recursos interpostos serão examinados e deliberados pela **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo** conforme calendário.

IX - Realização da Rematrícula

A rematrícula será realizada conforme datas previstas no calendário do Processo de Concessão de Bolsas de Estudo.

Por ocasião da rematrícula, o responsável legal pelo aluno deverá preencher e assinar o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e o Termo Aditivo de Concessão de Bolsa de Estudos.

X - Disposições Gerais

Para a manutenção da Bolsa de Estudo durante o ano letivo de 2017, estará condicionado ao perfil socioeconômico o cumprimento do Regimento Interno do Colégio Loyola.



COLÉGIO
LOYOLA



Rede Jesuíta
de Educação

A Bolsa de Estudo poderá ser revisada, alterada e/ou cancelada, a qualquer tempo, quando constatada a apresentação de documentos inverídicos, alteração do perfil socioeconômico do grupo familiar e mudança da territorialidade de moradia.

O Processo de Concessão de Bolsas de Estudo será realizado pela Comissão Avaliadora de Bolsas de Estudo do Colégio Loyola, sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, com base na legislação vigente, nesta comunicação, no Regimento Interno do Colégio, na análise e avaliação socioeconômica da documentação acompanhada de Parecer da Assistente Social do Colégio Loyola.

O Colégio Loyola se reserva o direito de aplicar as condições estabelecidas nesta comunicação, modificá-las ou revogá-las a qualquer momento, desde que elas se façam necessárias à fiel execução dos objetivos institucionais ou quando ocorrer alteração na legislação vigente, que regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo prevista na presente comunicação.

O Colégio Loyola disponibilizará, no setor de Serviço Social, os seguintes modelos de anexos:

- ✓ ANEXO I Declaração de Renda Informal
- ✓ ANEXO II Declaração de Não-renda
- ✓ ANEXO III Declaração de Não-recebimento de Pensão Alimentícia
- ✓ ANEXO IV Declaração de Pensão Alimentícia
- ✓ ANEXO V Declaração de Imóvel Cedido

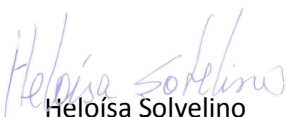
Caso necessário, os anexos poderão ser utilizados na composição do processo de concessão de bolsas de estudo, desde que sejam transcritos de próprio punho, assinados e datados.

Informações complementares poderão ser obtidas por meio do e-mail do Colégio Loyola heloisa.souvelino@loyola.g12.br, ou pelo telefone 2102-7084, no Setor de Serviço Social.

Os casos omissos serão avaliados pela **Comissão Avaliadora de Concessão de Bolsas de Estudo**.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2016.


Juliano Tadeu dos Anjos Oliveira
Diretor Geral


Heloísa Solvelino
Coordenadora da Comissão



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RENDA INFORMAL

Eu, _____,

portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____,

DECLARO, para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que exerço atividade informal de:

sem registro em CTPS e também não possuo rendas oriundas como Pessoa Jurídica, obtendo remuneração média nos últimos três meses no valor de R\$ _____ mensais.

Sendo de minha inteira responsabilidade as informações prestadas nesta declaração, estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados e/ou documentos inverídicos implicará o cancelamento do Processo de Concessão de Bolsa de Estudo, bem como a anulação da Bolsa de Estudo já concedida, obrigando-me à imediata devolução dos valores.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura

Esta declaração só poderá ser aceita se acompanhada de um comprovante de endereço e sua devida cópia.
Autorizo a instituição a aferir as informações acima declaradas.



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO-RENDA

Eu, _____,
portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____,

DECLARO, para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que não exerço nenhum tipo de atividade laboral e não recebo, atualmente, salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore ou outros rendimentos decorrentes de trabalho assalariado, do mercado informal ou autônomo ou rendimentos auferidos de patrimônio ou quaisquer outros.

Sendo de minha inteira responsabilidade as informações prestadas nesta declaração, estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados e/ou documentos inverídicos implicará o cancelamento do Processo de Concessão de Bolsa de Estudo, bem como a anulação da Bolsa de Estudo já concedida, obrigando-me à imediata devolução dos valores.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura

Esta declaração só poderá ser aceita se acompanhada de um comprovante de endereço e sua devida cópia.
Autorizo a instituição a aferir as informações acima declaradas.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO-RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,

portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____,

DECLARO, para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que não recebo pensão alimentícia e/ou qualquer outro tipo de ajuda financeira.

Sendo de minha inteira responsabilidade as informações prestadas nesta declaração, estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados e/ou documentos inverídicos implicará o cancelamento do Processo de Concessão de Bolsa de Estudo, bem como a anulação da Bolsa de Estudo já concedida, obrigando-me à imediata devolução dos valores.

_____, ____ de _____ 20____.

Assinatura

Esta declaração só poderá ser aceita se acompanhada de um comprovante de endereço e sua devida cópia.
Autorizo a instituição a aferir as informações acima declaradas.



ANEXO IV

Declaração de PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador(a)
do RG nº. _____ e do CPF nº. _____,
domiciliado(a) na Rua _____ nº. _____,
complemento _____, DECLARO, sob as penas da Legislação Civil e Penal, que recebo pensão
alimentícia mensal do genitor(a): _____ no valor de R\$
(_____).

Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando
ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes
implicam o cancelamento da inscrição no Processo de Bolsa de Estudo, bem como o cancelamento da
Bolsa de Estudo, obrigando-me à imediata devolução dos valores.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura

Esta declaração só poderá ser aceita se acompanhada de um comprovante de endereço e sua devida cópia.
Autorizo a instituição a aferir as informações acima declaradas.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,

portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____,

DECLARO, para fins de direito, sob as penas da legislação cabível, que cedo o imóvel localizado na Rua

_____, nº. _____, bairro _____,

na cidade de _____, para fins de residência

de _____,

portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____.

Sendo de minha inteira responsabilidade as informações prestadas nesta declaração, estou ciente de que a omissão ou a apresentação de dados e/ou documentos inverídicos implicará o cancelamento do Processo de Concessão de Bolsa de Estudo, bem como a anulação da Bolsa de Estudo já concedida, obrigando-me à imediata devolução dos valores.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura

Esta declaração só poderá ser aceita se acompanhada de um comprovante de endereço e sua devida cópia.
Autorizo a instituição a aferir as informações acima declaradas.



COLÉGIO
LOYOLA



Rede Jesuíta
de Educação

Consultas (Comprovantes de Rendimentos do Grupo Familiar)

Extrato de Pagamentos

Número do Benefício:
Informe o número do seu benefício sem pontos ou barras.

Data de Nascimento: / /
Informe sua Data de Nascimento com 4 algarismos no ano.
Exemplo: 25/12/1986.

Nome do Beneficiário: CPF:
Informe o nome e CPF do beneficiário (sem pontos, traços ou barras).

Por favor, digite no campo ao lado a sequência de caracteres exibida.
Não é necessário diferenciar letras maiúsculas e minúsculas.
Esse procedimento ajuda a evitar que este site seja utilizado por
consultas automatizadas, o que prejudica o seu funcionamento.
Se você não estiver conseguindo ver as letras na imagem, [clique aqui](#).

Visualizar

<http://www8.dataprev.gov.br/SipaINSS/pages/hiscre/hiscreInicio.xhtml>

Secretaria da Receita Federal do Brasil

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Consulta Restituições IRPF

CPF: 2016 ▼

Data de Nascimento:

U2Bpu4

Digite os caracteres acima:

Consultar Limpar

<http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atrho/consrest/atual.app/paginas/index.asp>